O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 10/04/2024 - 06:00

Justiça age contra infiltração do PCC em empresas de ônibus

Operação mira infiltração do crime organizado nas concessões de ônibus

MP de São Paulo, Cade e Receita, após quatro anos de investigação, chegam a rastro de elo entre PCC e poder público; ex-contador de Lulinha é alvo de mandado de busca

MARCELO GODOY

Duas das maiores empresas de ônibus de São Paulo, suspeitas de terem sido criadas com dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC), foram alvo ontem da Operação Fim da Linha, a maior já feita até agora contra a infiltração do crime organizado no poder público municipal no País. Trata-se do resultado de uma investigação de quatro anos feita pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo, pela Receita Federal e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Quatro pessoas foram presas. Há indícios de que empresas foram usadas pelo PCC para lavagem de dinheiro. A movimentação investigada na Operação Fim da Linha chega a R$ 732 milhões.

Em 19 fevereiro deste ano, o **Estadão** revelou documentos oriundos de investigações em vários Estados que apontavam na direção da operação de ontem: mostravam como integrantes do PCC e do Comando Vermelho (CV) estavam se infiltrando na política municipal para se beneficiar de contratos milionários com prefeituras. A partir dali, uma série de reportagens indicou como o crime organizado procura gestões municipais e Câmaras Municipais como intermediárias para controlar contratos do setor de transporte público.

OFENSIVA. Na ação de ontem, os promotores cumpriram 52 mandados de busca e apreensão no Estado, com o auxílio de 340 policiais de cinco batalhões da Tropa de Choque da Polícia Militar. A Justiça decretou a prisão de três acionistas das empresas e de um contador, e determinou medidas cautelares contra outros cinco investigados. Também foi decretado o bloqueio de R$ 684 milhões em bens dos investigados para o ressarcimento das vítimas e em razão de danos coletivos provocados pela atuação das empresas.

Por decisão da Justiça, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), determinou intervenção nas empresas de ônibus Transwolff e UPBus, alvos da operação. Elas serão geridas por comitês da gestão municipal. Nunes disse que o serviço não será paralisado. "Não haverá nenhuma paralisação no transporte público de São Paulo. Os fornecedores vão receber, e os funcionários, também. Nada muda para os passageiros. O que muda é só a gestão das empresas", disse o prefeito de São Paulo (*mais informações na página ao lado*). As duas empresas, juntas, transportam, em média, 16,68 milhões de passageiros por mês em São Paulo.

O **Estadão** não conseguiu localizar as defesa das empresas Transwolff e UPBus, bem como a dos diretores que tiveram suas prisões decretadas ou foram alvo de medidas cautelares alternativas. Também não conseguiu encontrar as defesas dos que tiveram seus bens bloqueados.

RECEITA FEDERAL

Operação Fim da Linha, em São Paulo; ofensiva mobilizou 340 policiais, promotores e representantes da Receita Federal e do Cade

Danos coletivos

R$ 684 mi

foram bloqueados em bens dos investigados para o ressarcimento de vítimas e em razão de danos causados pela atuação das empresas sob suspeita

Em relação ao grupo Transwolff foram expedidos dez mandados de buscas contra empresas e dez outros nas casas de diretores das companhias, de contadores e advogados. Um dos suspeitos foi preso em flagrante porque, durante as buscas, forma encontradas armas em seu imóvel.

Entre os diretores de empresas que tiveram a prisão decretada estão o presidente da Transwolff, Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora. Ele foi

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 6 e 7

Copyright © Clipclap 2025.